

Aprovada na 1000ª sessão

ALADI/CR/Ata 995  
8 de abril de 2008  
Horário: 10h35m às 13h05m

ATA DA 995ª SESSÃO ORDINÁRIA DO  
COMITÊ DE REPRESENTANTES

Ordem do dia

1. Aprovação da Ordem do Dia.
  2. Assuntos em Pauta.
  3. Consideração das atas correspondentes às 990a. e 992a. sessões.
  4. Definição dos temas a serem considerados na Reunião de Vice-Ministros (ALADI/CM//Resolução 62 (XIV)).
  5. Renúncia apresentada pelo Subsecretário Economista José Rivera Banuet.
  6. Assuntos diversos.
-

Preside:

FRANKLIN RAMÓN GONZALEZ

Assistem: Juan Carlos Olima, Guillermo Daniel Raimondi, Roxana Cecilia Sánchez e Beatriz Vivas de Lezica (Argentina); Marcelo Janko Alvarez e Javier Jiménez Pinaya (Bolívia); José Humberto de Brito Cruz, Fábio Vaz Pitaluga, Ivana Marília Gurgel e Eduardo Pereira e Ferreira (Brasil); Eduardo Araya Alemparte, Camilo Marcelo Navarro Ceardi e Hernán Enrique Nuñez Montenegro (Chile); Claudia Turbay Quintero e Alfonso Soria Mendoza (Colômbia); Mirna Martínez Ajuria (Cuba); Vladimir Jarrín (Equador); Cassio Vitale Luiselli Fernández, Dora Rodríguez Romero e Ricardo Lozada Caballero (México); Emilio Lorenzo Giménez Franco e Marcelo Eliseo Scappini Ricciardi (Paraguai); Max de la Fuente Prem, Eric Anderson Machado e Ricardo B. Romero Magni (Peru); Gonzalo Rodríguez Gigena (Uruguai); Franklin Ramón González, Ramón José París García e Cecilio Crespo (Venezuela).

Secretário-Geral: Bernardino Hugo Saguier-Caballero.

Subsecretário: Isaac Maidana Quisbert.

---

PRESIDENTE. Bom dia. Daremos início à sessão ordinária número 995.

1. Aprovação da Ordem do Dia

...Todos os Representantes têm em suas pastas a Ordem do Dia. Coloca-se a mesma à consideração.

Não havendo observações, dá-se por aprovada.

2. Assuntos em pauta

...Passaríamos ao segundo ponto, Assuntos em Pauta. Para tal, tem a palavra a Secretaria-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente.

Na pasta de todos os senhores Representantes está a lista dos Assuntos em Pauta. Havendo consultas a esse respeito, estamos dispostos a respondê-las. Caso contrário, simplesmente informamos que os senhores as têm na pasta.

"1. Representação Permanente do Peru junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 16, de 04/04/2008.

Comunica que o Ministro Eric Anderson Machado foi transferido ao Ministério das Relações Exteriores, a partir de 1º de junho de 2008.

2. Sistema Econômico Latino-Americano e do Caribe (SELA). Nota SP-08/216-040, de 02/04/2008.

Comunica que o Embaixador José Rivera Banuet assumiu funções como Secretário Permanente do SELA, a partir de 02/04/2008.

3. Delegação Permanente do Brasil junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 60, de 31/03/2008.

Comunica que o Decreto que promulga a Ata de Retificação, de 30/11/2006, do Acordo de Complementação Econômica Nº 58, foi publicado no Diário Oficial.

Publicado como documento ALADI/CR/di 2664.

4. Representação Permanente do Paraguai junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 134, de 02/04/2008.

Comunica a vigência do Quadragésimo Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica Nº 35.

Publicado como documento ALADI/CR/di 2669.

5. Representação Permanente do Peru junto à ALADI e ao MERCOSUL. Nota Nº 7.5.Z/5, de 25/03/2008.

Comentários ao Projeto de Regulamento da Comissão Administradora do Acordo Regional Nº 8.

Publicado como documento ALADI/CR/di 2662.

6. Representação Permanente de Cuba. Nota Nº 07, de 03/04/2008.

Envia convocatória para a Terceira Oficina Internacional de Comércio Eletrônico, convocada pelo Ministério de Comércio Exterior e pelo Ministério de Informática e das Comunicações, que terá lugar em Havana, de 9 a 13 de fevereiro de 2009.

Publicado como documento ALADI/CR/di 2671.”

PRESIDENTE. Está aberto o direito ao uso da palavra, caso alguém queira fazer alguma observação.

3. Consideração das atas correspondentes às 990a. e 992a. sessões

...não havendo observações, vamos ao ponto número 3, “Consideração das Atas correspondentes às sessões 990ª e 992ª”. Está aberto o direito ao uso da palavra.

Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Vladimir Jarrín). Obrigado, Presidente.

Nós fizemos uma ligeira revisão da ata correspondente à 990ª sessão, e ainda não estamos em condições de aprová-la, temos algumas observações que serão passadas à Secretária. Obrigado.

PRESIDENTE. Pergunto à Representação do Equador se são observações que impediriam a aprovação agora. Assumindo que os senhores passarão as observações à Secretaria.

Representação do EQUADOR (Vladimir Jarrín). Há algumas observações que são de forma, por exemplo, em alguma parte diz “Representação do Peru”, mas com o meu nome. Penso serem correções simples que não trariam mudanças profundas.

PRESIDENTE. Sim, nesse caso todas as observações são admitidas. Não há nenhum inconveniente, inclusive eu tenho algumas observações relacionadas à minha participação, e vou passá-las por escrito também. Mas são observações de forma, então não vejo inconveniente nesse sentido. Alguma observação, Representação do Equador?

Representação do EQUADOR (Vladimir Jarrín). Com essas observações que passaríamos por escrito à Secretaria, não teríamos objeção em aprovar. Guardaríamos reserva de passar essas correções à Secretaria-Geral. Obrigado.

PRESIDENTE. Claro, ninguém poderia ser contra a correção se puseram em lugar de “Representação do Equador”, “Peru”. Penso que a Representação do Peru estaria de acordo com isso também, não?

Não havendo outra observação, aprovamos essas duas Atas, entendendo que não haveria nenhum inconveniente em que alguma Representação fizesse observações de forma. Agradeceríamos -a Secretaria o apresenta -, se fosse possível, passar as observações rapidamente.

4. Definição dos temas a serem considerados na Reunião de Vice-Ministros (ALADI/CM/Resolução 62 (XIV))

...Passaríamos então ao ponto número 4, qual seja, Definição dos temas a serem considerados na Reunião de Vice-Ministros, de acordo com a Resolução 62 (XIV) do Conselho de Ministros.

Devo lembrar que, na sessão passada deste Comitê, acordou-se submeter à consulta datas para serem consideradas, referentes precisamente à Reunião dos Vice-Ministros que, se bem me lembro, eram 28 e 29 de maio e 4 e 5 de junho. Penso serem essas as datas que levamos em consideração para as consultas.

Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (Max de la Fuente Prem). Obrigado, senhor Presidente.

No que diz respeito às datas, ainda não temos uma resposta de nossa Chancelaria, esperamos poder comunicar-lhe quanto antes um resultado sobre o tema.

Mas gostaria de aproveitar esse ponto da agenda para compartilhar com os senhores algumas reflexões.

A frustrante experiência da Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros teve como resultado a adoção da Resolução 62 (XIV), referente à continuação, pelo Comitê de Representantes, dos trabalhos para a conformação progressiva do Espaço de Livre Comércio (ELC), e na qual se dispõe, ainda, a convocatória de uma reunião de Vice-Ministros no prazo de 2 meses, assim como de uma reunião extraordinária do Conselho de Ministros dentro de 4 meses.

Neste contexto, na última sessão do Comitê de Representantes, foi iniciado um debate sobre o objetivo da mencionada reunião de Vice-Ministros, cujo aparecimento e colocação em andamento suscitaram algumas observações de surpresa. Isso se deveu ao fato de que a mesma não está compreendida na estrutura institucional da ALADI, não obstante ter um caráter vinculativo, na medida em que foi aprovada pelo Conselho de Ministros como uma instância política para tentar encontrar uma saída ao bloqueio dos temas que foram submetidos à sua consideração.

Diferentes Representações realizaram suas respectivas avaliações sobre o ocorrido no mencionado Conselho de Ministros que, ao ver desta Representação, deixou como saldo acordos mínimos -por não dizer nulos- que são motivo de enorme preocupação e frustração, já que prejudicam ainda mais a credibilidade da ALADI. Foram constatadas diferenças de enfoques e percepções, não somente sobre o Espaço de Livre Comércio, mas também sobre as diferentes visões existentes sobre o processo de integração regional, propondo-se a avaliar seu estado atual e definir qual deve ser o rumo futuro da ALADI, à luz de uma nova agenda social e do impostergável desenvolvimento de nossos povos.

Para a Representação do Peru, a mudança substancial e qualitativa nos eixos de discussão considerada no seio do Conselho de Ministros foi o motivo principal de seus discretos resultados. Nós tínhamos uma fundamentada expectativa de que os pontos de desacordo em alguns projetos de Resolução fossem superados na máxima instância política da Organização, mas ao serem introduzidos elementos diferentes no debate dos Ministros, produziu-se um *impasse* que não pôde ser evitado.

Creio ser necessário enfatizar que em nenhum caso o Tratado de Montevideu 1980 e seu acervo normativo foram postos em dúvida por nenhum país-membro, reafirmando-se a validade do mesmo, mas sim questionada e criticada a temática do Espaço de Livre Comércio (ELC), na medida em que se considera que a liberalização comercial e a harmonização de políticas comerciais não serviram para enfrentar suficientemente os prementes problemas que sufocam a região: a marginalidade, a pobreza e o desemprego.

Não obstante, é preciso ter presente que o comércio não é um fim em si mesmo, mas sim um meio, uma ferramenta para alcançar o objetivo previsto no artigo Primeiro do Tratado de Montevideu 1980, no sentido de promover o desenvolvimento econômico - social, harmônico e equilibrado na região - com vistas ao estabelecimento em longo prazo, de forma gradual e progressiva, de um mercado comum latino-americano.

Ao mesmo tempo, entendemos que todas as Representações coincidiram em destacar a vigência do Tratado de Montevideu 1980 e das Resoluções 59, 60 e 61 emanadas da Décima Terceira Reunião do Conselho de Ministros e, neste sentido, reafirmamos nosso interesse de que este exercício de reflexão, a ser empreendido agora, concentre seus esforços em enriquecer o processo de integração dentro das competências designadas à ALADI. Consideramos, ainda, que referido processo de reflexão e avaliação do processo de integração regional seja feito sobre a base de uma agenda concreta para evitar debates que não conduzam a resultados tangíveis, nem reproduzam novas frustrações como as do Conselho de Ministros passado.

Neste sentido, a Representação do Peru apóia que a reunião de Vice-Ministros seja um espaço de reflexão, mas que os temas que forem apresentados na reunião sejam complementares aos que já conformam a agenda da ALADI, e que estejam plenamente maduros e sejam consentidos previamente por este Comitê.

Esta Representação deseja insistir que, durante os últimos anos, e especialmente em 2007, foram dedicados esforços significativos, recursos financeiros e humanos para chegar à Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros com um grupo de projetos de Resoluções trabalhados sobre “mínimos denominadores comuns”, para avançar no processo de integração. Neste processo, participaram todos os países-membros em diferentes âmbitos: Comitê de Representantes; Chefes de Representação; Reuniões de Altos Funcionários; Grupos de Especialistas, Grupos de Trabalho, etc., o que não pode ser menosprezado ou deixado de lado.

Por outro lado, gostaria de recordar que a iniciativa peruana relativa às Diretivas sobre a Convocatória da Conferência de Avaliação e Convergência, que foi modelada no primeiro projeto de Resolução elevado à consideração do Conselho de Ministros, previa, como primeiro ponto, o estabelecimento da referida instância de reflexão para a troca de visões, enfoques, vias e alternativas possíveis, com propostas de medidas, mecanismos e modalidades para continuar avançando e aprofundando o processo de integração regional, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico, político, social e cultural equilibrado e sustentável da região.

Nesse sentido, consideramos muito positivo o trabalho realizado pelo grupo de Alternos e, em particular, a recomendação considerada de que os Vice-Ministros, em seu exercício de reflexão e avaliação, possam contribuir na definição da agenda de uma futura Conferência de Avaliação e Convergência, dando começo, assim, a um processo referente à temática da integração.

Ao ver de nossa Representação, agora o eixo central e prioritário dos trabalhos deve ser a discussão, por este Comitê, dos temas específicos que definam o conteúdo concreto da agenda da reunião de Vice-ministros, com o fim de que esta seja ampla e compreensiva, mas sem se abrir ao tratamento de questões que, por sua natureza, possam ultrapassar as competências e atribuições da própria ALADI, que se sustente no Tratado de Montevideu 1980, cuja essência é um instrumento de natureza fundamentalmente econômica - comercial, assim como nas Resoluções 59, 60 e 61 da Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros.

Em tal sentido, convidamos os países-membros, em especial aqueles que expressaram seu desejo de iniciar um debate a respeito do processo de integração regional, a formularem propostas concretas sobre possíveis temas de reflexão dos Vice-Ministros dentro dos critérios expressos anteriormente.

Devo assinalar que, até o momento, somente o Equador adiantou preliminarmente alguns temas, os mesmos que foram apresentados no âmbito do Conselho de Ministros passado, tais como: a facilitação do comércio exterior; cooperação e complementação econômica; participação crescente dos pequenos produtores incluídas as PMEs; a proteção e a preservação dos conhecimentos tradicionais. Ao ver desta Representação, tais temas não apresentariam maiores dificuldades em sua consideração, tendo em conta que a maioria deles está compreendida nas Resoluções 59 e 60 (XIII) do Conselho de Ministros.

Maiores interrogações e dúvidas consideram alguns pontos que concernem, por exemplo, à temática do meio ambiente ou à cooperação energética, que esta Representação considera que estão sendo objeto de tratamento em outros foros e não são competência da ALADI. Consideramos de suma importância não duplicar esforços que se desenvolvem em outros âmbitos e foros a nível regional, efetuando uso racional e eficiente dos recursos da Associação.

Para terminar, gostaria de reiterar a especial importância que os mercados regionais para as exportações, tanto de bens como de serviços e os investimentos, têm para nosso país, sem prejuízo da agenda compreensiva que o Peru tem no contexto de um regionalismo aberto e de geometria variável ou de integração diferenciada, conceito este último que, nas atuais circunstâncias, e em base ao princípio da flexibilidade, previsto no TM80, pode ser a chave para avançar no aprofundamento e na consolidação do processo de integração regional. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Peru. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Brevemente, no que se refere às datas propostas, gostaria de assinalar que qualquer uma das duas datas é aceitável para a Representação Argentina. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Argentina.

Gostaria de lembrar que na sessão passada houve um relatório apresentado pelos Alternos, sobre a base de uma decisão que este Comitê havia tomado para que os Alternos se reunissem. Fundamentalmente, as propostas estiveram dirigidas em dois sentidos: primeiro de que o Comitê continuasse trabalhando nos temas e Resoluções que haviam sido considerados para a Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros, enfatizando aquelas Resoluções que tinham acordos; e, a segunda vertente seria que esta reunião dos Vice-Ministros considerasse uma ampla discussão sobre o processo de integração e, uma vez apresentado o relatório, houve intervenções de todas as Delegações e cada uma contribuiu nesta discussão.

Hoje estamos convocados, então, para: primeiro, havendo informações das Capitais sobre as datas propostas, pediríamos que as Representações se manifestassem. A Argentina já disse que não teria problema em qualquer das duas propostas; e segundo, qual seria a agenda tentativa dessa reunião de Vice-Ministros.

A Representação do Peru acaba de considerar, inclusive por escrito, quais seriam alguns dos temas que poderiam ser abordados nessa reunião de Vice-Ministros, aludindo em particular a algumas considerações que a Representação do Equador fizera na Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros.

Então, esses são os elementos que temos, esses são os dados iniciais que temos, e sobre essa base gostaríamos então que cada uma das Representações pudesse hoje se expressar. Está aberto o direito ao uso da palavra.

Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Nós queríamos assinalar que valorizamos grandemente o trabalho realizado pelos Alternos, mas estivemos refletindo sobre o modo que nos parece mais conveniente para impulsionar estas reuniões, e creio que devemos dividir este trabalho em diferentes etapas.

Um tema é a reunião de Vice-Ministros, mas simultaneamente nos foi instruído que continuássemos trabalhando nos projetos de Resolução que haviam sido elevados ao Conselho de Ministros, e que depois não puderam ser completos em seu tratamento.

Nós estivemos refletindo sobre o tema, acreditamos que vale a pena voltarmos a trabalhar sobre esses Projetos de Resolução e em algumas coisas, talvez mudando o enfoque, hoje o adiantamos em um café-da-manhã que tivemos com o Secretário. Nós pensamos que deveríamos fazer o esforço para encontrar pontos de convergência em temas concretos. Estão claras quais são as divergências que temos, por exemplo, no âmbito de aplicação do referente à solução de controvérsias ou inclusive ao tema de origem, mas isso não significa que não possamos fazer uma série de avanços nessas matérias, que são úteis aos fins práticos e que chegam à gente.

Para dar um só exemplo, o que mencionei essa manhã no tema certificado de origem. Poder-se-ia trabalhar na unificação, ter um formulário único para a certificação de origem, que neste momento é um *mare magnum* de diferentes tipos de formulários para cada um dos acordos, e isso obviamente complica a atitude de todos os empresários exportadores.

Concretamente, o que estou sugerindo, senhor Presidente, é a respeito do avanço nos trabalhos vinculados com os Projetos de Resolução, que isto volte às equipes técnicas, aos Grupos de Trabalho se for necessário, e que sejam apresentadas para nós soluções concretas sobre algum dos problemas concretos vinculados com cada um destes temas. Ou seja, em origem o que podemos chegar a responder é “tal coisa”, “tal coisa” e “tal coisa”.

Mais do que deter-nos naqueles pontos nos quais não pudemos alcançar acordos, porque está claro que temos visões diferenciadas, penso ser necessário trabalhar sobre aqueles aspectos que parecem talvez menores, mas que vão simplificando a parte operativa do comércio inter-regional. Isso no que se refere ao trabalho vinculado com o ordenado pela Resolução 62 (XIV).

No que se refere à Reunião de Vice-Ministros, coincidimos em grande parte com o indicado pela Representação do Peru, não é possível chegarmos a essa reunião de Vice-Ministros sem ter clareza de quais são os temas que terão que ser abordados, isto não implica que não haja a possibilidade de ter, em algum ponto da agenda Assuntos Diversos, onde qualquer Representação pode considerá-los, mas com o fim de fazer os tratamentos eficientes, acreditamos que deve haver uma agenda bem clara e bem definida, que é o que permitirá que os Vice-Ministros venham com idéias ou inclusive com instruções, porque as instruções, todos sabemos, não são elaboradas somente nas Chancelarias, mas, sim, respondem a uma série de consultas. Na medida em que nós deixarmos aberto o programa de uma forma muito ampla, o que vamos fazer é conspirar contra o resultado positivo desta reunião.

No caso da Representação da Argentina, nós não nos negamos ao tratamento de nenhum tema, o que sim queremos é que o tema que será tratado esteja claramente definido na agenda, para que a Representação que compareça possa vir com as adequadas instruções. Penso que, com essas linhas gerais, estamos dando nossa visão de como encarar o futuro próximo, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Obrigado, senhor Presidente. Primeiro, em termos de datas, nós recebemos uma resposta de nossa Capital, qual seja, 28 e 29 de maio é a data mais conveniente à Representação mexicana.

Uma breve reflexão sobre os comentários de meus colegas que me precederam na palavra. Aparentemente, há um paradoxo, todos sabemos que a agenda é muito vasta, que

há uma reclamação social na região, que há uma enorme dívida social, e isso está muito presente nos debates latino-americanos contemporâneos.

O tema ambiental ao qual fiz referência -porque em meu passado profissional recente é um tema que abordei-, penetra em todas as agendas, pois, por exemplo, a mudança climática não é mais estritamente ambiental, mas sim permeia toda a realidade social e econômica da região ao mudar as viabilidades, as vantagens ou desvantagens de diferentes regiões. Mas o paradoxo está que o mandado emanado do Tratado de Montevideu 1980, como bem dizia meu colega peruano, é muito preciso.

Algum colega profissional daqui dizia que se eu lesse certas Resoluções e certas partes, o Tratado é flexível, mas se a pessoa vai ao Tratado como está agorinha, ele é basicamente econômico e tem uma vocação claramente econômica. Sabemos que há outros foros onde nós, latino-americanos, estamos reunidos, onde desafogamos temas sociais ou de outra natureza.

Então, a reflexão de fundo é se já “nos alcanzó el destino” (o destino já nos alcançou), e teríamos que reconsiderar o mandado que aqui nos convoca, ou teríamos que esgotar os graus de liberdade do mesmo, que tem uma vocação muito mais específica, muito mais estrita. Essa é uma discussão que deve ser feita atualmente, no cenário de uma reunião, a poucas semanas de prazo, os comentários da Representação do Peru parecem-me inteiramente pertinentes.

Creio que a idéia do regionalismo aberto –e o disse um mexicano, muito comprometido em outras regiões do planeta, mas que é fundamentalmente latino-americano, porque isso é o México- é muito importante como conceito a ser trabalhado e aprofundado. A CEPAL já fez um trabalho pioneiro sobre o regionalismo aberto há alguns anos, e a integração diferenciada permita acomodar a flexibilidade, até onde o âmbito do TM80 o faz aconselhável. Nós vemos com profundo respeito e grande simpatia a incorporação de outras preocupações muito importantes, de países irmãos membros da ALADI.

Então, acredito que podemos trabalhar agora em um âmbito mais restrito, mas atendendo aos princípios de flexibilidade, e depois não nos escusarmos de uma profunda reflexão de onde vemos que o peso relativo de nossa região vai decrescendo no cenário internacional, não devemos fechar os olhos para isso. O Leste da Ásia vai emergindo como a grande região, que vai compartilhar com os Estados Unidos e a Europa o dinamismo e o poder no planeta; e nossa região, toda ela, de Tijuana a Ushuaia, vai perdendo relevância no âmbito da estrutura do poder real do mundo.

Por isso não podemos escusar-nos uma reflexão profunda, no entanto acredito que, e aqui termino, devemos adaptar-nos o mais possível a nosso mandado, mas buscando a flexibilidade do caso para que estejamos todos trabalhando em uma zona confortável, neste penoso exercício de ir pontualizando o processo de integração econômica. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, está aberto o direito ao uso da palavra.

A Representação do Uruguai tem a palavra.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Ainda não recebemos resposta, sugestão ou confirmação das datas para o futuro Conselho de Ministros. Creio que o receberemos certamente nesta semana.

No que diz respeito às intervenções sobre os temas a serem considerados na reunião de Vice-Ministros, não posso mais do que coincidir com o expresso anteriormente, especialmente com a detalhada intervenção feita pela Representação do Peru, que coincidia com o considerado pela Representação do Uruguai na sessão passada, no que deveria ser nossa tarefa de imediato.

Levando em conta o Tratado, como disse a Representação do Peru, e o que vinham sendo todas nossas discussões e o limitado âmbito de nossos desacordos nos Projetos de Resolução, recorro a mencionado, no sentido de considerar a ampla agenda aberta de discussão, um velho provérbio “que o que quer mais, quer também o menos”, e o menos é o que estamos enfrentando depois de discussões de dois anos e meio sobre os Projetos de Resolução para tentar implementar o Espaço de Livre Comércio.

Alguns dos temas, como mencionado anteriormente, correspondem a outros lugares de discussão, a outros ambientes, a outros Organismos, e nestes, certamente foram consideradas discussões de fundo, mais frutíferas, mais ricas, que nós, como a ALADI, certamente incorporamos suas conclusões a nossas deliberações e a nossos acordos.

Ao mesmo tempo, abramos uma agenda de discussão no que é o âmbito concreto contemplado em nosso acordo que é a Conferência de Avaliação e Convergência, para a discussão que poderia eventualmente levar a uma reforma do Tratado, no sentido de considerar e incluir temas que surgiram na realidade latino-americana com muitíssima força nos últimos 4 ou 5 anos. Nada mais por agora, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente.

Antes de tudo, como é a primeira vez que minha Delegação toma a palavra depois da incorporação do Secretário-Geral, gostaria de cumprimentá-lo e expressar a satisfação de minha Delegação de que agora tenhamos a sua contribuição, também em nossas reuniões formais.

Presidente, esta reunião, em certa medida, é uma continuação da anterior, então na última sessão já havia expressado alguns ou os aspectos principais de nossa visão sobre como seguir adiante no tema que nos ocupa. Acrescentaria somente alguns comentários a partir do que escutei das Representações que me precederam.

Em primeiro lugar, em relação com o que fazer com os Projetos de Resolução sobre os quais trabalhamos tão longamente para preparar a Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros, como já dissemos, e outras Representações também, parece-nos muito importante não perder o trabalho feito, há um trabalho importante que conseguiu estabelecer algumas áreas de consenso e que nos parece muito importante preservar.

Certamente há pontos que ainda estão entre colchetes, e então nossa visão seria que, talvez, recomeçássemos o trabalho sobre os pontos que estão pendentes.

Na realidade, eu tenho consciência -isto foi expresso muitas vezes pelo Embaixador da Argentina- que são problemas que refletem diferenças de visões, em alguns casos diferenças importantes entre os países, no entanto, ao mesmo tempo, nós acreditamos que o exercício de preparação do Conselho de Ministros, em certa medida, teve pouco tempo; e, em alguns casos, pelo menos, se houvésssemos tido uma ou duas semanas a mais, talvez tivéssemos podido eliminar alguns problemas a mais dos que eliminamos.

De alguma forma, temos agora esta possibilidade, ou seja, temos a possibilidade de, em algumas semanas, podermos tentar -preservando o que já foi alcançado- buscar superar os poucos problemas que ainda ficaram nos textos dos Projetos de Resolução. Isto em relação aos Projetos.

Em relação à preparação da Reunião de Vice-Ministros, nós escutamos com muita atenção a intervenção do Embaixador do Peru, que indicou pontos interessantes. Nós compartilhamos a idéia de que é útil que a agenda para a reunião de Vice-Ministros seja preparada, para que a reflexão feita neste momento não seja uma reflexão um pouco solta no ar, mas sim que tenha alguns parâmetros, para que possa ser mais produtiva. Neste sentido, seria precisamente importante trabalhar na perspectiva de como enriquecer os temas sobre os quais trabalhamos.

Certamente, como expresso pelo Peru, nenhuma Organização pode trabalhar além de suas competências, ou seja, nós aqui estamos limitados pelo que está previsto no Tratado, mas, na visão de nossa Delegação, isto, não impede que estejamos abertos a incorporar novos temas, que foram mencionados aqui, inclusive pela mesma Representação do Peru, e que foram identificados como necessários para, talvez, dar uma nova dimensão aos trabalhos de promoção da integração.

Compartilho também a visão do Peru no sentido de que seria muito importante receber propostas concretas, sobretudo dos países que expressaram maior interesse nestes temas e, repito, o Brasil está totalmente aberto e disposto a trabalhar nesta direção, para enriquecer o que já foi feito na preparação da Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros.

Por último, em relação às datas, minha Delegação ainda não tem uma definição precisa. Recebi uma indicação de preferência pelas datas de 4 e 5 junho, mas não é algo definitivo, então, para minha Delegação seria preferível que esta decisão fosse tomada mais adiante. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Obrigada, Presidente. Primeiro, indico que a Colômbia não tem uma resposta concreta para a data, sem dúvida, logo que recebermos a informação de nossa capital, comunicaremos.

Segundo, tive oportunidade de participar esta manhã do café-da-manhã de trabalho e expressei a visão da Colômbia em relação ao exercício de reflexão que nos é apresentado, e gostaria de, no Comitê, somente reiterar alguns destes pontos.

Falamos da reunião de Vice-Ministros como um mandado que temos da conclusão do Conselho de Ministros passado, mas não projetamos, ao menos nesta instância, a seqüência das Reuniões, para que essa seqüência e como estruturaremos as discussões.

Quer dizer que, de concreto, claramente existe o trabalho de completar as Resoluções dos três temas que consideramos básicos e elementares, quais sejam, origem, salvaguardas e solução de controvérsias. Penso que é um esforço mínimo que os países podem fazer.

No entanto, à frente vem o tema amplo da reflexão, o tema da reunião dos Vice-Ministros, a Reunião dos Ministros e a Conferência de Avaliação e Convergência.

O mandado dado a nós, originalmente, foi o de primeiro convocar os Vice-Ministros, para depois, em um prazo de 4 meses, convocar os Ministros, mas não concluímos onde está a Conferência de Convergência e Avaliação. Eu gostaria de perguntar, porque todos dizemos “façamos propostas concretas”, e é o que queremos, mas ninguém fez ainda uma proposta concreta da agenda para os Vice-Ministros.

Penso que isto é porque os Vice-Ministros querem saber quais contribuições vão receber e para que vão receber. Vão recebê-las para chegar à Conferência de Avaliação e Convergência com uma idéia mais clara ou com uma consideração mais concreta sobre a reflexão? Ou os Vice-Ministros estão preparando a agenda para a Reunião de Ministros e é essa a ordem que queremos dar ao tratamento da reflexão? Ou estamos aptos a propor uma mudança no ordenamento de nossas reuniões futuras? Não necessariamente temos que fazer... Mesmo sendo um mandado, podemos propor que primeiro seja feita a reunião de Vice-Ministros, provavelmente depois começar a abrir o espaço da Conferência de Avaliação e Convergência, e talvez, depois, sim, a reunião dos Ministros.

Então, gostaria que essa proposta ou essa reflexão que faço fosse avaliada por nós, para que, dependendo desta visão, pudéssemos assinalar realmente os pontos a serem tratados na próxima reunião. Para nossa Representação, o fato de entender a seqüência das reuniões afetaria os processos e os pontos da agenda a ser tratada.

Então, minha Representação eleva esta pergunta aos colegas de Comitê, e gostaria de escutar opiniões. Em nosso caso, pensaríamos que seria interessante que a reunião de Ministros fosse algo adiado no tempo, e primeiro fossem realizadas as reflexões que estamos convocados a fazer, ou seja, primeiro Vice-Ministros, certamente, em segundo, a Conferência e mais adiante Ministros. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. Em relação às datas, nós não temos ainda indicação de datas concretas, mas me inclinaria a pensar que vamos seguir o consenso. Seguindo a Ordem do Dia desta reunião, gostaríamos de já não refletir, porque nos parece que há um mandado específico do Conselho de Ministros com relação às reuniões e ao trabalho que deve ser feito.

Nós coincidimos, e dissemos em todas as reuniões precedentes, que o Comitê deve continuar trabalhando da forma que habitualmente vem fazendo, em todos os temas que vieram sendo trabalhados no ano passado para a preparação do Conselho de Ministros.

No entanto, consideramos que a concentração deste período deve estar focada neste processo de reflexão ao qual nos aproximou o próprio Conselho de Ministros, e como resultado dos próprios trabalhos feitos durante o ano passado, que evidenciaram para todos os países a necessidade de fazer uma reflexão profunda do processo de integração. Para nós, não fica nenhuma dúvida de que o restante dos temas terá que continuar sendo discutido de alguma maneira no seio do Comitê, com seus mecanismos e instrumentos.

Então, Presidente, em relação ao processo de reflexão, gostaríamos de propor para essa agenda o seguinte:

Primeiro, uma análise crítica do que foi o processo de integração na ALADI. Consideramos que esta análise crítica pode estar, talvez, respaldada por algum documento base que pode ser preparado pela Secretaria com uma visão x, mas, inquestionavelmente,

os países, os Vice-Ministros trarão uma avaliação de cada país, de como considera que foi o processo de integração no âmbito da ALADI.

Em um segundo lugar dessa agenda, estaria a expressão de cada país em relação aos enfoques e às visões que hoje existem no seio da ALADI sobre a integração, tendo em conta que o processo de preparação do Conselho de Ministros demonstrou ou evidenciou que há diferentes enfoques da integração. Portanto, nós consideramos que esses enfoques devem ser refletidos claramente nessa reunião de Vice-Ministros, que deve ter a amplitude suficiente para que os Vice-Ministros e suas Representações se manifestem sobre eles, e que esses enfoques levem a que as Representações expressem qual ALADI gostariam de ter e para que querem a ALADI.

Depois dessa reflexão ou desse ponto, nós consideramos que deve haver um terceiro ponto, em que os Vice-Ministros sejam instados a identificar, nessa própria Reunião, quais são as coincidências que temos, em onde coincidimos e em onde podemos trabalhar juntos, e que este resultado deve fazer parte das prioridades regionais. Portanto, pode, como foi considerado aqui em algum momento, fazer parte de uma agenda de uma Conferência de Avaliação e Convergência para aprofundar mais o tema ou como avançar em um tema específico, mas é necessário expressar as coincidências que temos, e que sejam parte da agenda essencial da ALADI para o próximo período. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação de Cuba. Tem a palavra o Embaixador da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Marcelo Janko Álvarez). Obrigado, Presidente. Em relação às datas propostas, também não tenho instruções para pronunciar-me nesta oportunidade, nos próximos dias comunicarei a opção selecionada.

A respeito dos temas substantivos, que foram sendo abordados, particularmente referente à continuação dos trabalhos que estavam sendo realizados no Comitê, a Bolívia já manifestou que estaria disposta a abordar inclusive que foro pode ser a reunião dos Chefes de Representação, isso como foi assinalado para ir ajustando, conseguindo consenso sobre temas que não puderam ser concertados e, além disso, considerando as propostas formuladas na própria Reunião do Conselho de Ministros.

Mas, em relação ao outro tema, que também é substantivo para nós, é que a reunião de Vice-Ministros teria que ser, como manifestado anteriormente, uma reunião ampla, aberta, franca para que todos os países expressassem suas visões sobre o processo de integração.

Isto é particularmente sensível para nós porque a Bolívia avança em um processo de mudança profunda, e existem algumas novas visões a respeito do que é a integração na América Latina, então é importante que o Vice-Ministro, no caso da Bolívia, tenha a oportunidade de expressar-se com a maior amplitude possível, e, talvez, não se enquadrar a pontos específicos.

Sobre este tema talvez os pontos considerados por Cuba pudessem ser aceitáveis, em razão de que são de conteúdos amplos e não limitativos. Sempre coincidindo com a expressão própria do Vice-Ministro da Bolívia que participou do Conselho, o que não gostaria é que fossem incluídos temas muito específicos que sejam muito limitantes, ou camisas-de-força para o debate. Creio que na própria reunião de Vice-Ministros, como consequência do debate, já será possível perfilar as propostas que possam ser acordadas

e, inclusive, os debates servirão de base para a própria Conferência de Avaliação e Convergência, quando for convocada. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Bolívia. Gostaria de ver se já podemos avançar em algumas propostas, levando em conta as intervenções feitas até agora. Acredito que vamos ter que estabelecer uma data limite de quando vamos decidir as datas para a reunião dos Vice-Ministros.

Teríamos duas possibilidades: uma, dar-nos uma margem de uma semana a mais - até terça-feira da semana que vem -, e nesse dia tomar a decisão, sobre a base das consultas que faria cada um dos países que ainda não tem instruções, maioria dos que aqui se manifestaram, e então definir, entendendo que as datas propostas são as acordadas na sessão passada, quais sejam, 28 e 29 de maio ou 4 e 5 de junho. Há, dentre aqueles que se pronunciaram até o momento, Representações que manifestaram estar de acordo com as duas datas, isto é, poderia ser qualquer uma das datas.

E para essa reunião do dia 15, que seria na terça-feira, se estivéssemos de acordo, traríamos a este seio, a este Comitê, propostas concretas sobre a reunião dos Vice-Ministros. De acordo com a discussão até agora, e sobre a base da exigência da maioria das intervenções de que pensemos de uma vez em uma agenda, temos as propostas realizadas pela Representação do Peru, que estão por escrito.

Estas propostas do Peru dirigem-se ao seguinte sentido: que a reunião dos Vice-Ministros se convertesse em algo como uma sorte de exercício de reflexão e avaliação que contribuísse à definição da agenda para uma futura Conferência de Avaliação e Convergência, e, por sua vez, que essa reunião de Vice-Ministros pudesse trabalhar com uma agenda que mais ou menos estivesse dirigida ao seguinte sentido: à parte do que acabo de mencionar da definição de uma Conferência, que tem a ver com propostas da Representação do Equador, a facilitação do comércio exterior, cooperação e complementação econômica, participação crescente dos pequenos produtores, incluídas as PMEs, a proteção e preservação dos conhecimentos tradicionais. Esses são elementos para a agenda.

E a Representação de Cuba, que acaba de fazer uma proposta sobre a agenda também que seria a agenda de reunião dos Vice-Ministros. Primeiro, uma análise crítica do processo de integração. Segundo, que cada Vice-Ministro de nossos países pudesse expressar as considerações e os enfoques sobre o processo de integração sobre inquietudes que tiverem em relação ao papel da ALADI e ao futuro da ALADI: para que a ALADI? E o terceiro ponto, que coincide de alguma maneira com o considerado pela Representação do Peru, seria que essa reunião de Vice-Ministros pudesse identificar as coincidências e em quais temas é possível o trabalho conjunto ou mancomunado, e, para isso, um espaço como a Conferência de Avaliação e Convergência poderia ser pertinente.

Isso, do ponto de vista da reunião dos Vice-Ministros, mas, por sua vez, foi considerado já, inclusive nesta reunião de hoje e de alguma maneira na anterior, que se continuasse a trabalhar no Comitê naqueles temas que foram abordados no Conselho de Ministros e que não puderam ser resolvidos, e hoje foi feita uma proposta concreta de que esses temas fossem devolvidos aos Grupos de Trabalho da ALADI. Isso é o que, até agora, consegui aqui resumir.

Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente. Nós não temos inconvenientes para qualquer das duas datas para a reunião de Vice-Ministros. Em relação ao tema de fundo, nós não gostaríamos de perder o trabalho que já fizemos aqui nos temas que consideramos substanciais para o processo, e são os que têm alguns problemas e, nesse sentido, através-me-ia a acompanhar a Representação da Argentina quando propõe que estes temas: Origem, Salvaguardas, que têm algumas dificuldades, voltem novamente aos Grupos de Trabalho.

No que diz respeito à agenda, gosto muito da proposta de Cuba, embora considere ser um tanto geral, penso que os Vice-Ministros são executivos de nossos Governos e não penso que tenham tempo suficiente para estar aqui e refletir sobre o que a ALADI necessita. Nós entendemos que essa reflexão estava modelada e está modelada, na realidade, nas encomendas que faríamos à Conferência de Avaliação e Convergência, nas Diretivas. O mandado aí era que a Conferência, que, por suas características, pode ter muito mais tempo de trabalho do que uma reunião de Vice-Ministros, seja o espaço de reflexão que necessitamos para que a Associação tome o rumo que deve tomar, tendo em conta todas as visões que temos sobre a integração nesta Casa.

Repito, não gostaríamos de perder o trabalho que já fizemos e que tivemos por muito tempo aqui, e também estamos dispostos a adotar as novas visões, como a proposta do Equador em ocasião do Conselho, as do Peru, que penso serem muito válidas, mas deveríamos delimitar a agenda para os Vice-Ministros, adotar temas para os quais este Comitê tem um mandado a trabalhar.

A Resolução 62 (XIV) estabelece em seu artigo primeiro que o Comitê deve continuar com os trabalhos e não voltar-se à agenda, mas sim aos temas que já tem sobre a mesa. Dos trabalhos que tivermos aqui vai surgir, certamente, a agenda para os Vice-ministros, a agenda para a Conferência e, conseqüentemente, para o Conselho de Ministros.

Assim, penso que a contribuição de Cuba é importante, é a primeira vez que estamos “bajando a tierra”(descendo a terra) com os temas que necessitamos tratar, mas penso termos que recuperar o mandado da Resolução 62 (XIV) e voltar-nos, o Comitê ou os Grupos de Trabalho do Comitê, a tratar aqueles temas que estão sobre a Mesa e que deveríamos continuar tratando. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Eduardo Araya Alemparte). Gostaria de, em primeiro lugar, a propósito da intervenção de minha amiga, a Embaixadora da Colômbia, pôr no cenário e enfatizar a seqüência em que as reuniões deveriam acontecer, ou seja, a reunião de Vice-Ministros, a Conferência de Avaliação e Convergência e a reunião de Ministros.

Digo isso nessa ordem porque é o que me parece mais lógico à luz do que enfatizou o Embaixador do Paraguai, e a propósito da proposta da Representação cubana. Eu também imagino que a reunião de Vice-Ministros será uma reunião de meio-dia na qual, com os temas considerados pela Representação de Cuba que me parecem absolutamente, -os de fundo- muito pertinentes, é impossível que possam ser digeridos nesse lapso de tempo, portanto, parece-me que a Conferência de Avaliação e Convergência deveria estar entre as duas, entre a de Vice-Ministros e de Ministros, porque será a que dará muito conteúdo, muita importância à agenda da reunião de Ministros.

A respeito das datas, para nós, em princípio, é indiferente qualquer uma das duas, mas para ter maior precisão, gostaríamos de dar-nos até a próxima terça-feira para dizer uma

data específica, e também reservar-nos para essa oportunidade, sobretudo depois de todos os temas de agenda considerados -com os quais concordamos em sua maioria-, eventualmente fazer uma contribuição na próxima reunião. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Agradeço. Estava simplesmente pensando na mecânica de algo que nos interessa e são os três temas das Resoluções.

Estava conversando com Alfonso Soria sobre algo que quero também compartilhar com os senhores que é: devolver este tema aos Grupos de Trabalho ou aos Alternos é deixar novamente em um ponto no qual não se pôde avançar porque foi considerado conveniente que, no caso, por exemplo, de Solução de Controvérsias, fosse apresentado à reunião de Especialistas porque deveria não somente tratar o tema técnico, mas ir acompanhado da correspondente visão e compromisso político. Isto quer dizer que, ao quisermos avançar, resolver e concretizar nossas Resoluções, é necessário passar por um filtro, não devemos esquecer que esse filtro, de acordo ao que propomos aqui, é o da reunião de Especialistas.

Se considerarmos que este tema ou esta passagem possa ser evitada, e nossos Grupos de Trabalho e nossos Alternos estão aptos a chegar a essas concretizações, assim o faremos. Mas é importante recordar o que estou dizendo, que fomos nós mesmos que os chamamos, que neste ponto anterior estavam no processo de avanço para serem apresentados nas reuniões de Especialistas e isto é certo com Origem e com Solução de Controvérsias. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado. Dois comentários.

Primeiro, em relação à ordem dos eventos. Se a Conferência de Avaliação e Convergência deveria ocorrer antes ou depois do Conselho de Ministros -creio que os argumentos utilizados pela Embaixadora da Colômbia e pelo Embaixador do Chile são interessantes-, mas nossa preocupação é que se lemos com atenção a Resolução 62 (XIV), ela prevê um prazo de dois meses para uma reunião de Vice-Ministros, e depois outros dois meses para a Reunião do Conselho de Ministros Extraordinária. Então, claramente, pareceria que, no momento em que a Resolução 62 (XIV) foi adotada, pensou-se que a Conferência deveria ser deixada para mais tarde. O que também tem algum sentido se pensarmos que o Conselho de Ministros pode definir linhas políticas, diretivas políticas que são necessárias para o trabalho mais produtivo da Conferência. É uma reflexão que gostaria de apresentar sobre esse ponto.

O outro comentário é como continuar com o trabalho. Mencionou-se a idéia de convocar Grupos de Trabalho. Creio que seria útil, por exemplo, talvez, que um ou outro Grupo de Trabalho se reunisse para temas novos. Por exemplo, a sugestão do Embaixador da Argentina de trabalhar sobre uma simplificação ou harmonização dos formulários para os certificados de origem, parece-me uma idéia muito interessante e certamente mereceria algum trabalho no âmbito do Grupo de Normas e Disciplinas. Mas, em relação aos projetos de Resolução, nós, repito o que já disse na intervenção anterior, achamos muito importante não perder o que já foi feito, e nesse sentido, preferiríamos que se continuasse em um trabalho no Comitê, porque estes textos já foram longamente trabalhados e já houve muitos consensos em pontos difíceis e pareceria, talvez, que se voltássemos a nível de Grupos de

Trabalho, poderia dar um sinal de que estão sendo reabertas as questões, e parece-me que continuam existindo alguns pontos que são bastante limitados que teremos que discutir, e parece que isso seria provavelmente mais fácil de ser feito no Comitê ou em uma reunião de Chefes de Representação. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Simplesmente para tentar ordenar as coisas. Em primeiro lugar, Presidente, queria lembrar que havíamos combinado que as reuniões do Comitê seriam nas quintas-feiras, digo isto porque se considerou na semana passada, decidimos que hoje, em função da urgência, nos reuniríamos na terça-feira, mas estamos passando novamente a reunião que estava acordada para as quintas-feiras para a terça-feira que vem. Digo isso somente para organizar a agenda, porque, a modo de exemplo, Presidente, na terça-feira eu tenho uma reunião em Buenos Aires que marcamos em função do que é de praxe.

Sobre o tema das reuniões, coincido em que, sobre um desenho teórico ideal, seria bom que a Conferência de Avaliação e Convergência estivesse no meio das duas reuniões, mas temos um mandado, que fala de dois meses para a reunião de Vice-Ministros e de quatro meses para a reunião de Ministros, de tal maneira que temos uma realidade para ver. Explicarei novamente como imaginamos o trabalho, porque o tema é da seguinte maneira; até agora ninguém colocou na reunião de Ministros o tema da consideração das Resoluções que temos pendentes aqui.

Eu digo, Presidente, vamos voltar a essas Resoluções, vamos deixá-las morrer depois do trabalho que tivemos? Vamos com elas diretamente ao Conselho de Ministros, sem que sejam vistas pelos Vice-Ministros? Ou seja, pareceria que um dos temas obrigados na agenda de Vice-Ministros é a consideração dos projetos de Resolução que estivemos elaborando durante todo este tempo.

Coincido com a Delegação do Brasil, enviar novamente aos Grupos de Trabalho, - não estou falando de que os temas que ficaram pendentes de solução voltem ao Grupo de Trabalho. Creio que temos que encarar esses temas aqui no Comitê, e resolvê-los muito rapidamente, porque há três ou quatro temas nos quais temos a divergência centralizada entre eles, há o tema do âmbito que teremos que ver de que forma esse tema será superado. Mas, adicionalmente, se nós não vamos enchendo de conteúdo, eu digo, os Grupos de Trabalho vão fazer o quê? Paralisados, enquanto nós tratamos estes temas, enquanto os Vice-Ministros se reúnem, o que é o caldeiro de construção das decisões da ALADI não vai se reunir?

Então, proponho que os Grupos de Trabalho se reúnam, tomemos temas que já tínhamos, e, digamos, "aqui não podemos chegar a acordos", "mas sim construir nisso, nisso e naquilo", e aí verão se é necessário ou não a convocatória novamente de grupos de Especialistas, etc. Porque, além disso, a distinção, com franqueza, que fazemos entre nível técnico e nível político é inexistente. Em que sentido? Cada um dos funcionários que integra as Representações cumpre o duplo papel de técnico e de político, quando estamos em uma reunião de Grupo de Trabalho, a representação política não diminui, ou quando estamos no Comitê, a representação técnica não diminui. Todos nós cumprimos os dois papéis, digo isto em função do que assinalava a Representação da Colômbia, e junto com isso, hoje, com um clima diferente, quero retomar temas que foram discutidos e que devem ficar claro uma vez por todas, seriamente o digo com todo o respeito, mas que uma vez foi considerado pela Representação do Peru se o que fazíamos aqui era negociar ou não.

Então, quero que isso fique superado, Presidente, porque o que vai aos Grupos de Trabalho, o que vem ao Comitê é uma negociação entre Estados, de uma Representação governamental, porque não queremos que daqui a 20 dias, digam: “não, não, isso foi uma tarefa preparatória que o Comitê fez”. Não, aqui estamos negociando como Estados, com Representações dos Estados, que nos Grupos de Trabalho continua sendo uma representação dos Estados para negociar coisas, ou seja, textos, Resoluções, projetos, agendas, porque aqui se negocia, não se fazem tarefas.

Com isto, Presidente, creio que se nós conseguimos que o Comitê trabalhe sobre os três ou quatro projetos de Resolução que foram bastante consensuados e têm alguns pontos insuperáveis, se simultaneamente colocamos os Grupos de Trabalho para trabalhar em temas que complementem ou enriqueçam nossa tarefa e, claro está, que entendo que devemos definir já as datas, porque o tema é o seguinte, Presidente, se não definimos já as datas, o que acontece é que as agendas de nossos Vice-Ministros se completam. Não ficam esperando-nos. Então, cada dia que passa se torna mais difícil estipular a data. De todos, aqui o único que indicou uma preferência foi o México por 4 e 5 de junho, os outros disseram que tanto fazia, então estabelecemos 4 e 5 de junho. Foi ao contrário, perdão, 28 e 29 de maio. Estabelecemos a única data considerada como necessária, enquanto todos os outros consideramos qualquer e fixamos a data já, Presidente.

Creio que, inclusive, será mais simples dizer para as Representações que não têm neste momento definições: “houve consenso em que a data é tal”, porque lhes resolve o problema. Isso é tudo por agora, Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Vladimir Jarrin). Obrigado, Presidente. Creio que a última intervenção do Embaixador Olima resolveria nosso problema, que ainda não temos uma indicação sobre a data de preferência. Fixar uma data adiantaria, facilitaria isso.

Sobre a agenda de Vice-Ministros, nós coincidimos muito na necessidade de que cada país apresente sua própria visão sobre como tem andando o processo de integração. Acreditamos que seria indispensável contar, como assinalou Cuba, com um documento da Secretaria-Geral, no qual poderíamos fazer uma avaliação que supere, já o manifestamos tanto no Conselho de Ministros como em outras oportunidades, a visão meramente dos aspectos comerciais, uma avaliação onde possam ser abordados temas referentes à complementação, à cooperação econômica, à participação dos diferentes setores, especialmente das pequenas, médias e microempresas, além de ter uma avaliação da participação de outros setores.

Acreditariamos também que é indispensável que, nesta reunião de Vice-Ministros, pudéssemos ter as coincidências com a agenda de trabalho para o futuro, pensamos ser importantíssimo que nessa reunião de Vice-Ministros fiquem estabelecidas quais serão as linhas mais importantes e que vai sair das decisões, e isso em muito vai ser trazido ou vai vir de cada um de nossos países, isso será a preparação, e inclusive de cada uma de nossas Chancelarias e dos Ministérios que fazem parte do processo de integração. Creio que isso permitirá e estabelecerá as bases para uma Conferência de Avaliação e Convergência, que poderá ter linhas gerais e marcar ou determinar a agenda para o futuro da Associação. Nós teríamos assinalado, e coincidimos com Cuba, no sentido que a reunião de Vice-Ministros deveria ser uma reunião de Avaliação e propostas para o futuro.

Em relação aos trabalhos das Resoluções, por mais que a Resolução 62 (XIV) diga que continuemos com os trabalhos pendentes para a conformação progressiva do Espaço

de Livre Comércio no entanto, -e aí é o que gostaríamos de enfatizar-, também é assinalado que é no âmbito do aprofundamento da integração regional. Acreditamos que, de alguma maneira, ao menos duas das três Resoluções que tanto foram mencionadas aqui caem em uma esfera meramente comercial, que sim, gostaríamos de uma definição um pouco posterior, tendo os resultados da reunião de Vice-Ministros.

Acreditamos e vemos com muita importância o trabalhar em função da Resolução para criar um Regime Regional de Solução de Controvérsias. Essa Resolução, se é que vale a pena estabelecer prioridades, para nós tem um grau maior de prioridade. Não entenderíamos, eu ao menos não tenho claro, ou seja, o Comitê de Representantes trabalharia as Resoluções para apresentá-las? Nós pensamos que não seria adequado apresentá-las aos Vice-Ministros, que as duas Resoluções, de Origem e de Salvaguardas, bem poderiam ser aprovadas pelo próprio Comitê de Representantes, já que são reformas ou atualizações a Resoluções do próprio Comitê, que não necessariamente teriam que recorrer ao Conselho de Ministros, nem à reunião de Vice-Ministros.

Além disso, o resultado da reunião de Vice-Ministros terá que ser aprovado, normatizado ou acatado por alguma entidade administrativa jurídica da Associação, já que a reunião de Vice-Ministros não tem um espaço jurídico dentro do Tratado de Montevideu 1980. A reunião de Vice-Ministros terá que ser assumida, aprovada, pelo Conselho de Ministros e, nesse sentido, terá um valor jurídico e mandatário para nós, mais ou menos o que aconteceu com a reunião de Altos Funcionários, ou seja, para que pudesse ter uma continuidade tinha que ser assumida pelo Comitê de Representantes, por serem Vice-ministros e terem uma categoria, salvo erro, intermediária entre o Conselho de Ministros e o Comitê de Representantes. Acreditamos que os resultados da reunião de Vice-Ministros deveriam ser postos à consideração para que fossem aprovados pelo Conselho de Ministros. Essa, em princípio, é a visão do Equador. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (Eric Anderson Machado). Obrigado, senhor Presidente. Em primeiro lugar, consideramos importante o ponto elevado pela Representante da Colômbia, seguido depois pelo Representante do Chile com relação à seqüência.

Nós também consideramos que a reunião de Vice-Chanceleres deveria centrar-se na elaboração da agenda, como havia assinalado o Representante do Peru no início desta reunião, e imediatamente depois teria que ter lugar a Conferência. Quando se discutiu a Resolução 62 (XIV), na Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros, em nenhum momento foi tratado o tema da Conferência, por isso que não se previu tema para que seja incluída dentro do programa a ser seguido desta Associação.

No entanto, o trabalho que realizamos nestes meses nos leva a que, realmente, seja necessária a convocatória desta Conferência para poder conseguir resultados concretos e ter linhas para o futuro para conseguir o Espaço de Livre Comércio.

Nesse sentido, creio que a seqüência deveria ser, obviamente, a reunião de Vice-Chanceleres, e imediatamente convocar depois a Conferência e, a partir daí, de acordo a com o trabalho, convocar a reunião extraordinária do Conselho de Ministros.

Como um segundo ponto, gostaria de tratar o tema dos projetos de Resoluções que se encontram pendentes. É de opinião desta Representação que estes temas deveriam ser tratados no Comitê, a própria Resolução 62 (XIV) assim o indica. Consideramos que descer a Grupos de Trabalho ou inclusive a grupo de Especialistas faria com que não

conseguíssemos o objetivo que estamos perseguindo. Em muitos dos temas, sobretudo o tema de Origem, o tema de Salvaguardas, o tema de Solução de Controvérsias, merece uma decisão política, já não técnica. Quando convocamos os Especialistas, foi a primeira observação que tivemos que eles mesmos requeriam de uma definição do âmbito, e essa decisão tem que ser a nível político.

Nesse sentido, nós estamos de acordo, consideramos, como assinalado pelo Representante da Argentina, que estes projetos de Resolução continuem sendo trabalhados no Comitê, e, obviamente, os novos temas podem ser tratados nos Grupos de Trabalho. Creio que nós podemos continuar avançando e dar cumprimento à Resolução 62 (XIV); mas, sobretudo, deixar claro qual será o caminho que temos a seguir em um curto prazo. Muito obrigado, senhor Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação do Peru. Tem a palavra a Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). Obrigada, Presidente. À luz das últimas intervenções, gostaria de apresentar nesta reunião nossa preocupação em relação à aspiração que temos que se mantenham na agenda dos Vice-Ministros os projetos de Resolução que não puderam ser aprovados pelos Ministros e que não puderam ser apresentados por este Comitê, depois de árduos e grandes esforços, tal qual estão.

Nós entendemos que a Resolução 62 (XIV) indica continuar os trabalhos sobre os temas. Obviamente são os temas da agenda da ALADI, e creio que assim havíamos expressado em reuniões anteriores, no entanto, entendemos que estes projetos, como estavam redigidos, não contaram com consenso suficiente para serem praticamente sequer considerados pelo Conselho de Ministros, e devemos deixar estabelecida nossa preocupação de que nos voltemos, durante as escassas semanas que nos faltam, a um processo de discussão, de reedição das discussões, que mantenha um pouco os posicionamentos que vinham desde a preparação do Conselho de Ministros e que nada têm a ver com o que aconteceu no Conselho de Ministros, porque os posicionamentos chegaram, os colchetes chegaram assim, as reservas gerais chegaram assim ao Conselho de Ministros, e nós consideramos que o Conselho nos voltou a uma reflexão e sem ela vai ser muito difícil encontrar consensos em alguns, não digo todos, dos projetos tal qual estão.

Minha Representação considera que se tivéssemos que estabelecer uma ordem de prioridade -que não é o caso- pensamos ser possível trabalhar perfeitamente de forma paralela, mas a reflexão estaria em primeiro plano, ou seja, é muito importante para minha Representação que nossos países reflitam sobre o processo de integração e que o trabalho do Comitê continue sobre os temas, mas não sobre os projetos tal qual estavam.

Isso é, Presidente, queria apresentar essa preocupação. Nós pensamos que precisamente a falta de rumo expressa nesses documentos -em alguns deles, ao menos- foi o que nos levou à necessidade de refletir sobre o processo de integração, e de expressar nossos interesses em relação à integração. Penso que deveríamos ser objetivos na análise destes trabalhos. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação de Cuba. Tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Na realidade, gostaria de referir-me a um tema considerado pela Representação do Equador pela segunda vez, não estando o Representante do Equador, preferiria ceder a palavra ao próximo, e, quando vier o Representante do Equador, voltar a este tema.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). Agradeço ao Presidente que me tenha concedido a palavra.

Vejo-me na obrigação de voltar a tomar a palavra porque quero aprofundar uma reflexão, e, além disso, deixar clara constância de que nunca duvidei da capacidade e da ampla representação de cada um de nós, tanto política como técnica, isso não é o que coloquei sobre a mesa, e temos cada um absoluta soberania e autonomia em nossas Representações. O que a Representação da Colômbia põe sobre a mesa como discussão e como reflexão é o próprio procedimento e esquema com que estamos trabalhando.

Quero fazer uma colocação, a modo de exemplo, que é tão importante a instância política que nesta mesma mesa e nesta mesma sessão está sendo pedido que, para poder avançar, sejam levados os projetos de Resolução à instância política. Ou seja, com isso quero assinalar que, em nosso reconhecimento, as duas visões têm que ser conjugadas, a técnica e a política, e os técnicos têm capacidade política, e os políticos têm capacidade técnica. No entanto, há instâncias nas quais é necessário debater as Resoluções sob um prisma particular. Com o ânimo de não me repetir, porque tivemos a sessão de Chefes, e eu havia expressado nesta instância muito claramente a visão da Colômbia, e me parece necessário que fique consignada nesta reunião também no que é importante, dentro deste processo de mudança e transformação, fazer uma reflexão profunda sobre a visão e sobre o posicionamento da ALADI e o significado da ALADI no processo de integração regional.

Eu dizia esta manhã que, como viemos trabalhando, a ALADI foi um pilar no processo de integração, o problema não está no que viemos fazendo, mas sim no que queremos fazer e para onde queremos nos dirigir, portanto, é necessário que estejamos com a disposição de fazer a reflexão profunda em todas as instâncias. Não era somente importante discutir entre nós como Representantes de nossos países, mas sim deveríamos fazer um diálogo aberto, no qual convidássemos todos os atores sócios deste processo de integração, e é com esta visão que deveríamos estruturar todas as discussões.

Penso que temos um projeto ambicioso, um projeto viável, que consiste claramente em determinar nosso posicionamento no processo de integração regional, o que queremos, como queremos mudar e para que queremos mudar, sem que dupliquemos esforços. É necessário que tenhamos uma visão clara do que poderia ser um sistema integrado da integração regional, em que estudemos quais são os instrumentos que temos, quais são as funções, quais são os alcances que queremos dar à nossa posição desde nossa responsabilidade e nossa capacidade na Associação.

De maneira que vemos que é importante ir considerando os temas com o pleno conhecimento de que considerá-los não significa resolvê-los na mesma instância em que são considerados. Na reunião de Vice-Ministros acredito ser importante que, nesta primeira reunião de caráter político, consideremos nossas preocupações. Não temos por que estar todo o tempo gerando divisões, na verdade, o que temos que tentar é cada vez mais integrar nossas visões para que haja sempre um tratamento dos temas com uma visão integrada, essa seria uma proposta que faríamos, por isso, parece-me que na reunião de Vice-Ministros está certo que consideremos, e que eles venham com uma idéia do que se quer da ALADI, está certo que se considere o tema das Resoluções, está certo que se

considerem as linhas e o direcionamento do que queremos que seja tratado na Conferência de Avaliação e Convergência.

Penso que o que temos que ver é nosso cenário completo e voltar outra vez ao que digo, não devemos fazer permanentemente divisões, mas sim temos que reconhecer que tivemos um processo, uma metodologia de trabalho, se queremos mudá-la, estamos em capacidade de mudá-la. Além disso, outra coisa que quero formular aqui com os senhores é que temos um mandado do Conselho de Ministros, faço como uma pergunta: se considerássemos que seria oportuno distanciar a reunião dos Ministros em tempo, não estamos em condições de propor isso aos Ministros? Pergunto. Quero saber se sim ou se não, porque as camisas-de-força não têm que ser vestidas para abortar processos, nós temos que buscar as maneiras de poder avançar, então, eu gostaria de fazer essa pergunta que não estou em condições de responder-me. Obrigada.

PRESIDENTE. Obrigado, Embaixadora. Chegou o Representante do Equador, tem a palavra o Embaixador da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Vou explicar ao amigo Jarrín. Eu pedi que postergasse minha intervenção para que o Equador estivesse presente na sala, porque é a segunda vez que o Equador considera a iniciativa de que a Secretaria-Geral prepare um relatório sobre a avaliação do processo de integração, levando em conta aqueles aspectos que não estavam dentro do Tratado de Montevideú. Francamente, parece-me que dar esse tema à Secretaria é dar-lhe um presente de grego, em que sentido? Qualquer coisa que a Secretaria disser será objeto de múltiplas controvérsias, e falar do que efetivamente fizemos não vai fazer referência aos aspectos que não estão incorporados ao Tratado, e se fizer referência a aspectos que não estão incorporados ao Tratado, obviamente dirá que nada foi feito. Em consequência, não será possível que esse relatório tenha um tratamento exitoso, e como temos um Secretário novo recém ingressado, não queremos submetê-lo, parece-me, a que o primeiro trabalho a ele encarregado seja necessariamente um fracasso, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, Presidente, ninguém duvida que seja necessário o exercício de reflexão, mas eu não gostaria, e sobre isso conversamos há alguns dias na Representação, que este exercício significasse que jogássemos pela janela o que construímos durante x anos. Não é assim, em todo caso, em seu momento, foram dadas as funções e responsabilidades à ALADI que os Governos desse momento consideraram necessárias, oportunas e convenientes, e hoje há muitos Governos, dos mesmos que participaram daquele Tratado, que crêem que devemos modificar as funções da ALADI, ampliando-as ou completando-as, ou como se quiser pensar, mas isto não significa que deixemos o passado de lado, em todo caso significará que temos que enriquecer a ALADI com o ingresso de novos temas. Tudo isto já foi considerado, de alguma maneira, quando negociamos a Resolução 59 (XIII), quando se começou a abrir a porta para novos temas, entre os quais os temas sociais, etc.

Por que digo isto, Presidente? Porque também não gostaria de dizer que estamos propiciando, de alguma maneira, modificação de coisas que certamente são necessárias; mas isso não nos deve levar a um erro -que é bastante freqüente na região- de, por buscar o novo, esquecermos do velho e o atirmos pela janela, depois de haver trabalhado durante muitos anos em sua construção. Digo isto porque Cuba, que infelizmente agora não está presente, considera que as Resoluções não devem ir à reunião de Vice-ministros, eu digo, se avançamos no tratamento e ainda não podemos terminar de resolver alguns pontos, por que não levá-lo à reunião de Vice-Ministros que é uma espécie de etapa política

superior a nós? Para quê? Para que facilitem aos Chanceleres o esquema de decisões, não nos amparemos para isso em que não é uma estrutura jurídica existente no tratado. É uma instância política, isto é, o que estamos tratando com isso é que alguém com maior nível de representatividade que nós mesmos eleve a questão para simplificar a tarefa quando chegar o Conselho de Ministros.

Em síntese, Presidente, o que digo é: exercício de reflexão aberta, o que se quiser, mas isto não deve fazer-nos esquecer que temos tarefas a realizar, temos que continuar realizando-as e isso não implica que não coloquemos novos temas ou novas facetas dos mesmos temas, e creio que respondo à pergunta formulada pela Embaixadora da Colômbia: não estamos submetidos a nenhuma camisa-de-força. Inclusive, a verdade é que a Resolução 62 (XIV) saiu como saiu porque o que precisávamos era transmitir a sensação de que se continuava trabalhando em temas, de que não rejeitávamos a integração para que o fracasso dessa reunião não fosse lido como o fracasso da integração, e foram estabelecidas essas metas para que o leitor que está fora desta reunião, -se é que existe um leitor – não pensasse que o fracasso era total, definitivo e absoluto, mas sim que era um fracasso simplesmente conjuntural.

De todas as maneiras, não vi muitas repercussões deste tema, assim que penso que ninguém nos obriga nem a dois meses, nem a quatro, se nós dissermos a nossas Chancelarias, “senhores estamos amadurecendo o trabalho e vamos necessitar quatorze semanas a mais”, garanto, Presidente, que isso nunca será questionado. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Muito obrigado. Para poupar a tortura de uma longa exposição, quero referir-me ao que já havia dito anteriormente, que existem ineludíveis vasos comunicantes entre os projetos de Resolução e a reflexão profunda.

Não vou me aprofundar, porque já havíamos falado sobre isso. Ninguém aqui expressou que deve jogar pela janela o árduo trabalho de muitos anos, mas que não é impune, dizer: se vamos a compartimentos estanques, vamos ou aos projetos de Resolução ou a uma reflexão profunda. Estão vinculados de alguma maneira, isso já foi dito, e consta aí. Hoje há um pouco o que a Embaixadora da Colômbia considerava, em relação à seqüência e que foi secundada pelo Chile e outros também, inclusive o Peru.

Penso ser correto, penso fazer todo o sentido do mundo, que de Vice-Ministros se passe à Conferência, e daí à instância maior, de Ministros. O Embaixador Olima, que generosamente havia cedido a palavra, esclareceu muito bem, com o conhecimento profundo que tem destes temas, que não precisamos da permissão e que podemos adiar a reunião de Ministros, eventualmente, se assim o decidirmos, para que esteja bem fundamentada e bem organizada.

Então, acompanhamos a idéia da seqüência e celebramos esta idéia de uma reflexão profunda que cresce com força entre nós. Nesse sentido, e a modo de fraterna provocação, simplesmente compartilho, sem nenhum outro propósito, algo que sinto muito profundamente: dominicanos, guatemaltecos, hondurenhos, salvadorenhos, nicaraguenses, costarriquenses e panamenhos não estão aqui. Devemos refletir profundamente por que esses países queridos e irmãos não estão nos acompanhando. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Ramón José París García). Serei mais breve que meu antecessor.

Com respeito às datas, assumiríamos aqui o consenso das Representações. Às vezes falar por último tem uma vantagem: observa-se o que os demais dizem, e procura-se não repetir. Demos-nos conta na Representação, inclusive ontem o discutíamos, de que vendo o avanço do debate, vendo e observando tudo o que aconteceu nesta mesa, creio que se torna cada vez mais urgente e mais indispensável que realmente haja uma discussão dos Vice-Ministros sobre o processo de integração, isto é, aqui nos demos conta que, por um lado, ninguém disse que a ALADI vai perder o papel que tem dentro do comércio, dentro da facilitação do comércio, mas por outro lado, estamos nos dando conta que cada país considera um posicionamento de acordo com o papel da ALADI. Talvez o que tenhamos que buscar é -entre as divergências existentes sobre como vemos este processo- os pontos de encontro que nos ajudem a avançar nestes projetos, ver como fazemos para poder simpatizá-los.

Digo isto porque no “Resolve” Primeiro da Resolução 62 (XIV) diz: “no âmbito do aprofundamento da integração regional” e, no âmbito desse aprofundamento, creio que está contida a discussão sobre qual é o processo de integração que queremos refletir neste espaço, para poder fazer, simpatizá-lo ou levá-lo ao que será o avanço nestes projetos de Resolução.

Então, de alguma maneira, aqui escutamos duas propostas muito concretas, uma da Representação do Peru e outra da Representação de Cuba. Penso que, de alguma maneira, em nenhuma dessas propostas se fala que vamos desconhecer a Resolução 62 (XIV) ou que não vamos continuar avançando sobre a parte comercial ou sobre as Resoluções.

O esforço que devemos fazer é ver como fazemos para -como disse anteriormente, em razão das divisões que temos- buscar a possibilidade de ter pontos de encontro para avançar no outro objetivo, tão importante como o anterior. Talvez tenhamos uma dicotomia sobre o que é mais importante, se um processo ou o outro.

Neste momento, pareceria mais importante o que queremos como processo de integração, porque nos damos conta que todos estamos de acordo no outro, devemos continuar discutindo; enquanto o que não sabemos é como abordar esta agenda para que os Vice-Ministros, no tempo que tiverem para conversar, possam chegar a resultados concretos e não voltar a ficar novamente em uma discussão, que, talvez, quando fizermos a avaliação, vejamos que não nos leva a nada. Então, acredito que, de alguma forma, esta reflexão servirá para isso. Penso, ainda, que será muito mais fácil conseguir pontos de encontro nas outras áreas quando tivermos um mínimo comum de critérios em consenso. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, Representação da Venezuela. Vejamos se podemos “aterrissar” porque são doze e vinte.

Penso que, sobre a data, estaríamos de acordo que lidaríamos com 4 e 5 de junho, o México não.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Nós não queremos impor a data, Presidente, mas creio que fomos a única Representação que já teve uma indicação a esse respeito da Capital, uma indicação muito amigável, muito aberta, de 28 e 29 de maio.

PRESIDENTE. Sim. Então, voltamos ao primeiro, vamos fixar uma data próxima do Comitê, eu havia sugerido que pensássemos na terça-feira, mas o Embaixador Olima manifestou que nós temos as quintas-feiras para a reunião do Comitê como de praxe, porque hoje estamos nos reunindo sobre a base da decisão que tomamos na semana passada.

Agora, se nos reunimos na quinta-feira, 17, estaríamos falando de mais de uma semana, na qual todas as Representações deveriam já ter a data, porque tem que ser esse dia para tomarmos a decisão; e continuamos com as duas datas, de 28 e 29 de maio e 4 e 5 de junho. Não é possível hoje tomar uma decisão, porque há opiniões divergentes nesse sentido. Então, não sei se estaríamos de acordo em que nos reuníssemos dia 17 para dar-nos um prazo para a data, como primeiro ponto a ser definido.

O segundo ponto tem a ver com a agenda da reunião de Vice-Ministros. Se nós revisarmos a Resolução 62 (XIV), observamos que há um mandado ali concreto, muito específico, de instruir o Comitê de Representantes a convocar uma reunião de Vice-Ministros no prazo de dois meses, a partir da data da presente Resolução. Não podemos cumprir com os dois meses, mas temos que cumprir com o mandado, penso que isso está claro.

Agora, sobre a agenda, não há nenhum inconveniente -ao menos não escutei nenhuma opinião que manifeste o contrário- em que essa reunião de Vice-Ministros tenha como um ponto de sua agenda uma reflexão sobre o processo de integração, visto no âmbito do que significa a ALADI atualmente e quais são as perspectivas da ALADI.

Então, creio que sobre isso estamos de acordo, isso realmente pode ser um ponto muito geral, mas creio que aí há alguns elementos, que a Representação de Cuba mencionou, que poderíamos, havendo acordo, tomar como referência para esse ponto que tem relação com a análise crítica do processo de integração, e que cada um dos Vice-Ministros possa expressar ali qual é a concepção, o enfoque sobre o processo de integração. Por exemplo, a Representação do Peru, em seu escrito, deixa mais ou menos estabelecido um enfoque do processo de integração.

Creio que é isso sobre o ponto relacionado com o processo de integração. Agora, há outro ponto considerado por alguma Representação sobre outro ponto -valha a redundância- que deveria ter esta reunião de Vice-Ministros, referente aos projetos de Resolução que foram submetidos à consideração da Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros e não foram aprovados.

Isso é o que estaria em discussão fundamentalmente, a menos que quiséssemos detalhar o primeiro ponto mais, mas se o fizéssemos, o problema estaria em sobre qual reflexão estaríamos falando.

Por isso gostaria de escutar opiniões a respeito, se estaríamos de acordo com o primeiro ponto, e se essa Reunião de Vice-Ministros teria o segundo ponto referente aos projetos de Resolução e que, eventualmente, nessa discussão, possa ser tocado este aspecto que várias Representações manifestaram, concretamente, o Peru, o Chile, a Colômbia e o México sobre uma convocatória para a Conferência de Avaliação e Convergência.

Está aberto o direito ao uso da palavra. Desculpe, o Secretário-Geral havia me dito que depois que terminássemos essa rodada que fizemos, ele queria dizer brevemente algumas palavras. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente. Simplesmente queria manifestar o que o senhor já sabe. A Secretaria-Geral está acompanhando muito proximamente todo este processo. Acompanhou os trabalhos do Grupo de Trabalho -valha a redundância- e seja qual for a decisão que os senhores tomarem, decidimos criar nosso próprio grupo encabeçado pelo Subsecretário Maidana, integrado por outros especialistas internacionais, que estarão à disposição dos senhores para o trabalho que for necessário, seja qual for a natureza do mesmo, salvo a proposta da Representação do Equador, já que a Argentina diz que não vamos conseguir fazê-lo, mas de todas maneiras, estamos à disposição dos senhores para o que for necessário, seja qual for a resolução.

PRESIDENTE. Obrigado, Secretário-Geral. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente. Acredito que de fato não temos problema com a idéia que na agenda da reunião de Vice-Ministros esteja incluída uma reflexão geral sobre o processo de integração.

Agora, é importante o conceito enfatizado pelo Embaixador da Argentina, e no mesmo sentido pelo Embaixador do México, que esta reflexão é feita sobre alguma matéria, e a matéria é o trabalho sobre a integração que já foi realizada até o momento na Associação. Creio que seria difícil encontrar um conjunto de documentos que refletisse melhor o trabalho recente desta Associação que o conjunto dos projetos de Resolução sobre os quais trabalhamos para preparar o Conselho de Ministros, então, eu não estabeleceria uma separação estanque entre a reflexão e os projetos de Resolução, as duas coisas vão juntas.

Obviamente, a reflexão pode chegar a qualquer conclusão, por exemplo, que isso não é suficiente, que é necessário ir além; mas nos dificultaria muito o trabalho se estabelecêssemos uma separação muito forte entre os dois aspectos. Logo, eu sugeriria que pudéssemos guardar a idéia de uma reflexão, mas seria útil tentar, talvez, dar algum conteúdo mais concreto, tendo em conta o conteúdo destes textos sobre os quais já trabalhamos e outros que forem relevantes para as Representações. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Vladimir Jarrín). Obrigado, Presidente. Nós vemos a reunião de Vice-Ministros como o centro de reflexão, que não somente vai avaliar, mas também vai encontrar as coincidências e, de fato, uma agenda de trabalho para o futuro e que marcaria a Conferência de Avaliação e Convergência.

Por isso não vemos que ela seja o âmbito no qual serão tratados os projetos de Resoluções, qualificadas pela Argentina e pelo Brasil em mais de uma ocasião como pobres. Ou seja, se as Resoluções foram ou são tão pobres, busquemos como impulsionar a integração, tentemos enriquecer todo o processo de discussão da integração nesse processo de reflexão, para poder ter uma agenda muito mais rica, que nos permita não somente analisar os aspectos comerciais, mas também o que nós pedíamos, o que nós dizíamos, façamos uma reflexão sobre os temas de complementação econômica, falemos sobre cooperação, sobre a participação das empresas, que são realmente os atores do processo de integração. Não acreditávamos que estávamos pedindo algo que estivesse fora do Tratado, porque é a participação dos atores, são os reais e verdadeiros atores deste processo, são aqueles aos quais criamos problemas ou facilitamos problemas.

A justa preocupação do Embaixador Olima de que tenhamos um modelo de certificado de origem é fundamentalmente sobre quem farão os beneficiários diretos disso,

especialmente as pequenas empresas, que muitas vezes se complicam, não tendo a possibilidade de ter os 36, 37 certificados diversos. Então, nós acreditamos que na reunião de Vice-Ministros não deveriam estar ou fazer parte da agenda os projetos de Resoluções sobre os quais lastimosamente -já vimos em mais de uma ocasião-, não conseguíamos ficar de acordo. Sobretudo, havia uma grande discussão sobre o processo de integração neste momento e sobre o papel do Espaço de Livre Comércio nesse processo de integração, que não pudemos responder.

Concentrar-nos novamente em uma discussão, já feita, que apontava para uma situação irresolúvel, creio que uma semana ou dez dias antes do Conselho de Ministros, seis Representações estavam a favor de um posicionamento e seis estavam contra, e isso se refletiu na votação. Para nós, parece que o Comitê de Representantes deveria fazer o possível por definir, por analisar a agenda da reunião de Vice-Ministros, e nós também solicitaríamos que esses projetos de Resoluções fossem excluídos dessa discussão. Obrigado.

PRESIDENTE. Bem, como Presidente, tentei ver como saímos com algo concreto hoje.

Entendo que haja dois posicionamentos, um de que a reunião de Vice-Ministros seja somente para fazer uma ampla reflexão sobre o processo de integração, e que cada um dos Representantes considere seus enfoques sobre este processo, que essa reflexão passe pelo papel da ALADI e as perspectivas da ALADI, que inclusive a Secretaria-Geral poderia preparar um material. Isso, que a reunião de Vice-Ministros seja com essa Ordem do Dia, que esteja aberta à discussão para eventualmente convocar uma Conferência, etc. e há outra opinião, entendo, que é o outro posicionamento, que é de incluir as Resoluções não como segundo tema, ou como um ponto aparte, adicional ou acrescentado a este primeiro, mas sim que se parta dessas Resoluções para que seja feita a reflexão, tomando como base os projetos de Resoluções que foram submetidos ao Décima Quarta Reunião do Conselho de Ministros.

Gostaria que as Representações pudessem opinar a respeito para ver se hoje podemos ter clareza sobre isto e se não chegaríamos até aqui, porque é até onde podemos chegar hoje e voltaremos, então, na próxima quinta-feira já sobre o esquema que está considerado neste momento.

Tem a palavra o Embaixador Olima.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Apóio a síntese feita pelo Presidente, e gostaria de assinalar concretamente que apóio o tratamento dos dois pontos, ao que acrescentaria um terceiro que é o tema da Conferência de Avaliação e Convergência, que, em minha opinião, também deve ser motivo de tratamento por parte da reunião de Vice-Ministros.

Em relação ao tema das Resoluções, eu me permito assinalar que exatamente a Resolução 62 (XIV), diz: “Encomendar ao Comitê de Representantes que prossiga com os trabalhos para a conformação progressiva do Espaço de Livre Comércio,...” -que é o que diz a Resolução 59 (XIII)- “no âmbito do aprofundamento da integração regional,...” -e isto está contido porque todos assinalamos que não queríamos que isto fosse interpretado como um retrocesso, mas como um avanço- e “tomando como base os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Associação e as considerações expressas nesta Reunião.”

Com isto, parece-me, Presidente, que é impossível que a reunião de Vice-Ministros não considere o que desenvolvemos e apresentamos por meio de projetos de Resolução. Este Comitê terá que continuar trabalhando para ver de que maneira resolvemos os conflitos, mas o que está claro é que não podemos ignorar o que temos feitos durante estes três anos.

Por que insisto neste tema, Presidente? Porque acredito que quando, por exemplo, a Representação de Cuba diz “os documentos nem chegaram a ser tratados”, é certo, mas porque quando fomos tratar o projeto da Conferência de Avaliação e Convergência, foi apresentado um novo documento pelo Equador que se apartava completamente do documento que, sim, havíamos consensuado na reunião, para o que era a Conferência de Avaliação e Convergência. Então, ao apresentar-se uma postura totalmente distinta, obviamente que se abria novamente uma instância negociadora, e o Conselho de Ministros não é para abrir instância negociadora, é para fechar os trabalhos que o Comitê, a reunião de Altos Funcionários e a reunião de Especialistas fizeram durante todos esses anos.

Se vamos voltar à reunião de Ministros para considerar temas que não foram coordenados nem tratados no Comitê, desta maneira vamos condenar qualquer reunião ao fracasso, porque quando se vai à instância superior, é para que defina sobre temas concretos, sobre temas que vieram sendo discutidos. Se, no último dia, insisto, vamos considerar temas novos e diferentes, vamos condenar qualquer reunião que considerarmos ao fracasso, Presidente.

Por isso acredito que devemos ser muito cuidadosos no estabelecimento destas prioridades e programas, porque a verdade, Presidente, é que se depois da reunião do Conselho de Ministros, depois da Resolução 62 (XIV), não somos suficientemente aptos para que o próximo resultado seja positivo, aí sim creio que nós estamos condenando a ALADI ao fracasso. Obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Representação do Peru.

Representação do PERU (Eric Anderson Machado). Obrigado, Presidente. Gostaria de fazer minhas as palavras do Embaixador da Argentina. Creio que todos nós sabemos definitivamente o motivo pelo qual os Vice-Chanceleres estão sendo convocados, não foi possível avançar em nível de Chanceleres, e justamente o espírito era impulsionar e tentar avançar em todos os temas nos quais não pudemos alcançar algum tipo de solução ou de acordo.

Nesse sentido, aproveitando que esta reunião terá lugar no final de maio, começo de julho, deveríamos introduzir todos estes temas, os três que foram mencionados, que seja uma revisão de reflexão. Acredito que isso é importante, mas também não podemos deixar de lado os temas que viemos trabalhando, e acredito que os projetos de Resolução assim refletem e serão dados que devem ser considerados, e também devem ser matéria de discussão e de reflexão os mesmos projetos de Resolução. Finalmente, creio que a Conferência é o mecanismo que delineará qual deveria ser o trabalho da ALADI no futuro para alcançar o Espaço de Livre Comércio.

Creio que os três temas devem fazer parte da agenda e, nesse sentido, permito-me, solicitar e propor que a Secretaria-Geral nos prepare o que poderia ser uma agenda comentada, que incluiria estes três pontos, e sobre esse documento poderíamos na próxima reunião trocar opiniões e ir “aterrissando” no que seria uma agenda para a Reunião de Vice-Ministros. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Brevemente, porque creio que as duas últimas intervenções estabelecem a base sobre a qual vamos pisar.

Creio que está sendo reeditado aqui o que aconteceu no Conselho de Ministros, chegamos com determinados projetos de Resolução e, subitamente, surgiu à discussão um tema absolutamente geral que opacou tudo e terminou com a possibilidade de tratar os projetos de Resolução.

Aqui estamos em uma situação semelhante, estamos tentando ver um programa para os Vice-Ministros, levando em consideração o que se havia avançado nos trabalhos, e subitamente a Representação do Equador sugere que os projetos de Resolução não devem ser considerados pelos Vice-Ministros e que somente deve ser feita uma discussão de caráter geral sobre o processo de integração, o que opinamos sobre ele, como o vemos, o papel da ALADI, creio que é exatamente a seqüência dada no caso anterior e penso ser uma má seqüência, realmente.

Os Vice-Ministros, é nossa posição, em um dia dificilmente vão poder fazer algo mais que apresentar certos temas, nada mais, temas que necessariamente impulsionam a Conferência de Avaliação e Convergência. Isto é, esses temas são os que deveriam ser tratados com posterioridade em uma Conferência de Avaliação e Convergência, bem planejada, com uma boa agenda delimitada em função dos temas que surgirem das considerações que forem feitas nesta reunião de Vice-Ministros, para ser realmente uma coisa profunda, que veja o que pode ser incorporado ao processo de integração do novo que está surgindo em nossas sociedades, respeitando sempre o conteúdo do Tratado de Montevideu 1980. Posteriormente, então, faríamos uma reunião de Ministros que seria aquela que concretizaria as Resoluções -como bem considerava o Embaixador Olima- que já estivessem negociadas com anterioridade.

Creio firmemente que devem ser os dois temas, tanto o projeto de Resolução como um início de uma discussão ampla acerca do processo de integração, tratados na reunião de Vice-ministros e, ao mesmo tempo, comecemos já a pensar e a tratar a possibilidade de convocar uma Conferência de Avaliação e Convergência que, insisto, já foi apresentado pelo Uruguai anteriormente, é o órgão pertinente para levar adiante este tipo de consideração e este tipo de discussão. Obrigado.

PRESIDENTE. Vejamos se há acordo sobre isto. Como temos que voltar na quinta com as datas e o programa, temos então o seguinte esquema.

As datas já sabemos, 28 e 29 de maio e 4 e 5 de junho.

Segundo; programa ou pontos a serem discutidos na reunião de Vice-Ministros. Um: que seja como um só ponto, reflexão sobre o processo de integração. Dois: que, partindo dos projetos de Resolução que estão, digamos, ainda para serem considerados, daí se parta para a reflexão sobre o processo de integração. E a terceira proposta é que a agenda seja: primeiro, o processo de reflexão, que sejam submetidos à consideração os projetos de Resolução e que seja considerada a convocatória à Conferência de Avaliação e Convergência, para o qual se acrescenta, pela Representação do Peru, que a Secretaria-Geral prepare uma agenda comentada que serviria como guia para esta reunião.

Isso é o que podemos chegar até o dia de hoje, faltam 10 minutos para a uma, temos ainda outros pontos aqui na agenda que temos que ver rapidamente. Não havendo opinião em contrário, encontramos-nos na quinta-feira para definir estes dois pontos da agenda.

5. Renúncia apresentada pelo Subsecretário Economista José Rivera Banuet

...Havendo acordo nisso, passaríamos ao ponto 5, renúncia apresentada pelo Subsecretário, o Economista José Rivera Banuet.

Como os senhores sabem, na reunião do Comitê passado, lemos a nota do Subsecretário José Rivera Banuet, por meio da qual apresenta sua renúncia do cargo, e a mesma foi aceita formalmente. Há alguns assuntos a serem resolvidos. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Obrigado, Presidente.

Como os senhores sabem, o caso apresentado pela eleição de nosso Subsecretário para Secretário-Geral do SELA produz uma vaga no cargo, e sem prejuízo do tratamento dado pelo Comitê à nota apresentada pelo doutor José Rivera, a Embaixada do México, de conformidade ao que estabelece a Resolução 94, cursou uma nota no dia de ontem, por meio da qual propõe que a Representante Alternata, a Ministra Dora Rodríguez, preencha essa vaga.

Esse tema terá que ser resolvido oportunamente pelo Comitê, e é a novidade que gostaria de contar-lhes, nada mais.

PRESIDENTE. Em consideração a este ponto, tem a palavra o Embaixador Olima.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente.

Para esclarecer uma dúvida, porque a nota de renúncia fala de 30 de abril, e em Assuntos em Pauta figura que assumiu a partir de 2 de abril, então, uma das duas está incorreta. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. O Secretário Rivera enviou uma nota posterior, com a qual esclarece. Como é natural, os senhores sabem, ele ficou sem período de transição, coisa que aconteceu a mim também, portanto compreendo perfeitamente a situação.

Ele deve necessariamente vir aqui, para despedir-se das autoridades, para despedir-se de nós. Mandou uma nota posterior, por meio da qual solicita que seja efetivo, mas sem gozo de salário neste período. Então, estaríamos falando de sua sucessão a partir de 1º de maio.

PRESIDENTE. Esclarecido o assunto?

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Sim, obrigado, Presidente.

PRESIDENTE. Está uma nota que ele mandou ao Embaixador Hugo Saguiet, onde diz exatamente isso, se alguma Representação quiser vê-la.

A Representação do Paraguai tem a palavra.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Uma dúvida, foi aceita a renúncia do senhor Rivera?

PRESIDENTE. Na vez passada foi lida a carta de renúncia, e não houve nenhuma manifestação em contrário. Entende-se que a renúncia foi aceita.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Eu proponho, se me permitirem, que agradeçamos ao senhor Rivera por seus serviços e, talvez, -não sei se isso corresponderia ao Comitê ou ao Secretário-Geral- mas de todas maneiras esse senhor prestou serviços aqui e creio que seria bom que o Comitê ou o Secretário-Geral, por mandado do Comitê, enviasse uma nota, agradecendo os serviços prestados. Lembremos que, além disso, quase todos nossos países votaram nele para ser Secretário do SELA. Obrigado.

PRESIDENTE. O Subsecretário manifesta que ele virá fazer a despedida respectiva, e nesse momento corresponderia a este Comitê fazer a correspondente despedida.

Neste momento, não estamos considerando a renúncia porque não houve opinião contrária, foi aceita. O que está à consideração é a comunicação enviada pelo Embaixador Cassio Luisselli, como Representante Permanente do México, onde manifesta que a licenciada Dora Rodríguez passe a ocupar esta responsabilidade pelo período que corresponderia, daqui ao momento em que finalize, creio que é no início de agosto. Tem a palavra a Representação do Paraguai.

Representação do PARAGUAI (Emilio Giménez Franco). Obrigado, Presidente. No que diz respeito a este último tema, minha Representação queria adiantar o apoio à candidatura de Dora Rodríguez para completar este período na Subsecretaria. Obrigado.

PRESIDENTE. Obrigado, tem a palavra a Representação da Argentina.

Representação da ARGENTINA (Juan Carlos Olima). Obrigado, Presidente. Creio que este é um direito que corresponde à Representação do México, de tal maneira que ninguém pode objetar nada, além disso, acreditamos que Dora Rodríguez mostrou longamente que tem a capacitação para desempenhar esse cargo com eficiência, logo não há a menor dúvida do respaldo argentino. Obrigado.

PRESIDENTE. Bem, vejamos, porque solicitaram simultaneamente a palavra. Peru primeiro, Cuba depois.

Representação do PERU (Eric Anderson Machado). Obrigado, Presidente. De igual maneira, para dar nosso total apoio à candidatura de Dora Rodríguez para que substitua o Secretário Rivera. Obrigado.

PRESIDENTE. Representação de Cuba.

Representação de CUBA (Mirna Martínez Ajuria). No mesmo sentido, Presidente, e felicidades.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Chile.

Representação do CHILE (Eduardo Araya Alemparte). A Representação do Chile também com muito entusiasmo adere a esta possibilidade de tê-la como Subsecretária. Obrigado.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra à Representação da Colômbia.

Representação da COLÔMBIA (Claudia Turbay Quintero). A Representação da Colômbia apóia plenamente o direito exercido pela Representação do México de delegar esta responsabilidade a Dora Rodríguez, e aproveita também a oportunidade para felicitar o Subsecretário José Rivera pela eleição da qual foi objeto, ou seja, parabéns aos dois.

PRESIDENTE. Obrigado. Tem a palavra a Delegação do Brasil.

Delegação do BRASIL (José Humberto de Brito Cruz). Obrigado, Presidente. Igualmente para expressar a satisfação de minha Delegação e, além disso, agradecer a Dora Rodríguez por sua disposição para completar o período do mandato do Subsecretário que está saindo. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra à Representação do Equador.

Representação do EQUADOR (Vladimir Jarrín). Obrigado. Para expressar, no mesmo sentido, nossos parabéns e agradecimento a Dora Rodríguez por colaborar no processo de integração desde a Subsecretaria. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação da Bolívia.

Representação da BOLÍVIA (Marcelo Janko Álvarez). Obrigado, Presidente. No mesmo sentido, para apoiar a solicitação do México e para expressar os parabéns à Ministra Dora Rodríguez. Muito obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do Uruguai.

Representação do URUGUAI (Gonzalo Rodríguez Gigena). Obrigado, Presidente. Para manifestar nosso agradecimento ao Subsecretário José Rivera Banuet pelos serviços prestados, e para felicitar Dora Rodríguez, e dar-lhe o respaldo da Representação do Uruguai para o desempenho da Subsecretaria. Obrigado.

PRESIDENTE. Ofereço a palavra à Representação da Venezuela.

Representação da VENEZUELA (Ramón José París García). Para felicitar Dorita e desejar-lhe sorte nestes intensos noventa dias que, certamente, com seu caráter saberá viver aqui em nossa Secretaria. Também agradeço ao Subsecretário, pelo trabalho realizado. Obrigado.

PRESIDENTE. Tem a palavra a Representação do México.

Representação do MÉXICO (Cassio Luiselli Fernández). Para agradecer o apoio e as palavras de encômio e de afeto, e dizer que estaremos à altura de retribuir esta demonstração de confiança e de apoio. Não sei se serei Alternado ao mesmo tempo, também terei um pouquinho mais de carga, mas o farei com muito agrado, com muito entusiasmo. Passo a palavra à minha queridíssima Dora.

PRESIDENTE. Acontece que o Secretário havia solicitado a palavra aqui e não sei... certo, Representação do México.

Representação do MÉXICO (Dora Rodríguez Romero). Muito brevemente, senhor Secretário. Muito obrigada ao senhor, ao Secretário-Geral e obviamente a todo o Comitê

pelo apoio recebido pela Representação do México por esta nomeação e, obviamente, pessoalmente agradeço todas as manifestações de companheirismo e realmente me deixam muito satisfeita, mais do que satisfeita. Tentaremos estar à altura para apoiar o Secretário-Geral neste período que inicia sua gestão. Muito obrigada.

PRESIDENTE. Tem a palavra o Secretário-Geral.

SECRETÁRIO-GERAL. Presidente, estimados colegas, os senhores sabem que nós não votamos, mas obviamente podemos nos pronunciar. Nesse caso, quero manifestar a satisfação da Secretaria-Geral por haver uma resposta tão favorável à pessoa que foi a indicada pelo Governo do México, o que certamente facilitará nossa tarefa.

Eu, como os senhores, conheço a grande carreira que Dorita Rodriguez vem tendo, e o seu conhecimento da Organização e isso, sem lugar a dúvidas, será um elemento de apoio à gestão. O único que não sei é se estarei disposto a esperar até 1º de maio. Já vamos recrutá-la e fazê-la trabalhar em algumas coisas. MUITÍSSIMO obrigado, Presidente.

Há um tema de ordem, nossa Resolução não estava preparada, estamos preparando e depois vamos passar para ser assinada.

PRESIDENTE. Sim, a Resolução seria a 327, que logo será passada. De todas as maneiras, quero felicitar também Dora Rodríguez, e dizer ao Embaixador do México que agora Dorita estará por aqui, perto de nós e muito longe daquele posto.

Não havendo outra observação, passaríamos ao último ponto que seria Assuntos Diversos, entendendo que a Resolução que será identificada por 327, mediante a qual se designa a licenciada Dora Rodríguez como Subsecretária da Associação da ALADI, será recebida por todas as Representações.

## “RESOLUÇÃO 327

### DESIGNAÇÃO DE SUBSECRETÁRIO

O COMITÊ de REPRESENTANTES,

TENDO EM VISTA O artigo 35 do Tratado de Montevideu 1980, as Resoluções 94 e 296 do Comitê de Representantes.

CONSIDERANDO A renúncia apresentada pelo Licenciado José Rivera Banuet ao cargo de Subsecretário de Desenvolvimento do Espaço de Livre Comércio, por meio da Nota de 1º de abril de 2008.

LEVANDO EM CONTA A candidatura apresentada pelo Governo do México para que a Licenciada Dora Rodríguez complete o período para o qual o Licenciado José Rivera Banuet foi designado como Subsecretário de Desenvolvimento do Espaço de Livre Comércio da ALADI, mediante Nota No. 025/08, de 7 de abril de 2008,

RESOLVE:

Designar a Licenciada Dora Rodríguez como Subsecretária de Desenvolvimento do Espaço de Livre Comércio da Associação Latino-Americana de Integração, para preencher a vaga do referido cargo pelo período de 1º de maio de 2008 a 31 de julho de 2008, de acordo com o disposto pelo Artigo Quarto da Resolução 94 do Comitê de Representantes. “

6. Assuntos diversos

...Vamos a Assuntos diversos. Alguém gostaria de fazer alguma consideração em Assuntos diversos?

Se não é assim, ficaríamos para quinta-feira, 17, às 9h 45 min. Os senhores receberão a agenda com os pontos que mencionamos anteriormente. Obrigado.

---